

SUBJETIVIDADE E CONSCIÊNCIA NA SOCIEDADE CAPITALISTA: UM DIÁLOGO ENTRE MARX E LEONTIEV¹

Lara Barreiro Feitoza²

Bruno Feital Barbosa Motta³

RESUMO:

Este artigo apresenta uma análise comparativa entre a teoria da alienação de Karl Marx e a Teoria da Atividade de Alexis Leontiev, explorando como suas perspectivas contribuem para a compreensão do desenvolvimento da subjetividade e da consciência em uma sociedade capitalista. A partir das obras *Manuscritos econômico-filosóficos* e *O desenvolvimento do psiquismo*, o estudo destaca que a subjetividade é moldada pelas condições socioeconômicas e culturais, sendo essencialmente um fenômeno social. Marx argumenta que o trabalho, em sua forma alienada, fragmenta a consciência e distorce a identidade do trabalhador, convertendo-o em uma mercadoria e rompendo seus vínculos com a coletividade. Leontiev complementa essa crítica ao propor que a consciência se desenvolve de maneira dialética por meio da prática social, e que a atividade consciente é o meio pelo qual o sujeito transforma tanto o mundo quanto a si mesmo. Ao longo do texto, são discutidos conceitos centrais de ambos os autores, como a alienação e a internalização, revelando que a prática consciente é o caminho para a emancipação e para a superação das limitações impostas pela sociedade de classes. A articulação entre as teorias de Marx e Leontiev oferece uma perspectiva integrada que ultrapassa as fronteiras entre a economia política e a psicologia, propondo uma compreensão crítica das dinâmicas sociais e das possibilidades de transformação. Este estudo introdutório, que busca servir de base para futuras pesquisas, destaca a importância da reflexão crítica e da prática coletiva na construção de uma sociedade mais justa e humana.

Palavras-chave: Subjetividade; consciência; alienação; psiquismo; emancipação.

SUBJECTIVITY AND CONSCIOUSNESS IN CAPITALIST SOCIETY: A DIALOGUE BETWEEN MARX AND LEONTIEV

ABSTRACT:

This article presents a comparative analysis between Karl Marx's theory of alienation and Alexis Leontiev's theory of activity, exploring how their perspectives contribute to understanding the development of subjectivity and consciousness in a capitalist society. Based on the works *Economic and Philosophic Manuscripts of 1844* and *The Development of Mind*, the study highlights that subjectivity is shaped by socioeconomic and cultural conditions, being essentially a social phenomenon. Marx argues that labor, in its alienated form, fragments consciousness and distorts the worker's identity, turning them into a commodity and severing their ties with collectivity. Leontiev complements this critique by proposing that consciousness develops dialectically through social practice, and that conscious activity is the means by which the subject transforms both the world and themselves. Throughout the text, central concepts from both authors, such as alienation and internalization, are discussed, revealing that

CADERNOS DE PSICOLOGIA, Juiz de Fora, v. 7, n. 13, p.90-109, jul./dez. 2025 – ISSN 2674-9483.

conscious practice is the path to emancipation and to overcoming the limitations imposed by class society. The articulation between Marx and Leontiev's theories offers an integrated perspective that transcends the boundaries between political economy and psychology, proposing a critical understanding of social dynamics and possibilities for transformation. This introductory study, which aims to serve as a foundation for future research, emphasizes the importance of critical reflection and collective practice in building a more just and humane society.

Keywords: Subjectivity; consciousness; alienation; psychism; emancipation.

1 INTRODUÇÃO

Este estudo introdutório foi desenvolvido a partir da análise comparativa das obras *Manuscritos econômico-filosóficos*, de Karl Marx, *O desenvolvimento do psiquismo e Atividade. Consciência. Personalidade.*, de Alexis Leontiev, estabelecendo os fundamentos teóricos que orientaram sua construção. Ao examinar as bases filosóficas e psicológicas desses autores, o artigo almeja evidenciar como suas abordagens podem ser interligadas para uma compreensão mais profunda do desenvolvimento da consciência e da subjetividade, destacando a relação intrínseca entre as condições materiais, as formas de organização social e o psiquismo.

A análise parte do pressuposto de que a subjetividade humana não pode ser dissociada do contexto social e histórico em que se desenvolve. Para Marx, o modo de produção capitalista cria condições de alienação que fragmentam a consciência e afetam profundamente a identidade do trabalhador. O trabalho, que deveria ser uma expressão natural da vida humana, transforma-se em uma força alienante, à medida que o sujeito se torna estranho ao produto de sua atividade e a si mesmo. Essa desconexão, conforme argumenta Marx, não é apenas uma consequência econômica, mas envolve também uma perda da humanidade do indivíduo. Na análise marxista, a alienação não apenas obscurece a percepção do trabalhador sobre seu papel na sociedade, mas também molda a maneira como ele constrói sua própria identidade, criando um estado de consciência fragmentada e alienada.

Leontiev, por sua vez, oferece uma abordagem complementar, ao destacar o desenvolvimento da consciência como um processo dialético profundamente enraizado nas práticas sociais e na cultura. Diferentemente dos animais, cuja consciência está limitada a um reflexo direto das necessidades biológicas, o ser humano desenvolve uma percepção mais complexa da realidade, mediada por

ferramentas culturais e pela interação com outros indivíduos. Em sua obra, Leontiev estabelece que a consciência humana é, em essência, um fenômeno social, emergindo das relações práticas e simbólicas que os indivíduos estabelecem no curso de sua vida cotidiana. Assim, o desenvolvimento do psiquismo humano, para ele, reflete não apenas as condições materiais, mas também as formas de organização social e as dinâmicas culturais que moldam a experiência individual.

Ao longo deste artigo, procuraremos demonstrar que as contribuições de Marx e Leontiev para a compreensão da subjetividade oferecem possibilidades de interpretação valiosas sobre a condição humana em uma sociedade capitalista. Ambos os autores destacam a importância das relações sociais e econômicas na formação da consciência, ainda que o façam a partir de perspectivas diferentes. Marx enfatiza a alienação como um elemento central da subjetividade sob o capitalismo, ainda que adquira novos contornos no século XXI, enquanto Leontiev coloca o desenvolvimento psíquico e a consciência humana em um contexto mais amplo de evolução histórica e social enfatizando as mediações culturais e práticas na formação do psiquismo. Juntos, esses dois pensadores nos proporcionam uma visão crítica da subjetividade, que transcende as fronteiras entre a economia política e a psicologia.

Por fim, o presente estudo destaca a relevância da investigação sobre a subjetividade para a compreensão das dinâmicas sociais contemporâneas. Tanto Marx quanto Leontiev reconhecem que a subjetividade não é uma construção puramente individual, mas se encontra profundamente enraizada nas relações de produção e nas formas de organização social. Compreender essas dinâmicas se torna crucial para refletir sobre os caminhos para a emancipação humana em um contexto marcado por novas formas de exploração e pela intensificação do capitalismo globalizado, no qual a alienação e a exploração se manifestam de formas cada vez mais complexas. Assim, este trabalho busca fornecer uma interpretação crítica que possa contribuir para uma compreensão mais profunda das experiências individuais e coletivas na sociedade globalizada atual.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 KARL MARX

2.1.1 O trabalho e a alienação no modo de produção capitalista

Ainda que o filósofo húngaro György Lukács não seja o foco deste trabalho e tenha divergido por vezes do posicionamento do economista alemão Karl Marx durante sua jornada acadêmica, sua descrição sobre a centralidade ontológica do trabalho é fundamental para que se possa contextualizar a perspectiva marxista sobre o trabalho e conectá-la com outras dimensões da subjetividade humana. Por esse motivo, ao longo deste texto, Lukács e outros autores complementares serão mencionados.

É importante que se compreenda que, de acordo com Lukács, o trabalho é uma expressão natural da vida em sociedade, uma vez que a atividade consciente e livre é o caráter específico do ser humano. Nesse viés, a centralidade ontológica do trabalho reflete sua dimensão fundamental na formação do sujeito, sendo o ponto de partida da humanização. Isso se dá porque, na visão do filósofo, o trabalho possibilita o salto ontológico que, por sua vez, permite que a existência humana não se limite a determinações meramente biológicas. Em outras palavras, é o trabalho que define o indivíduo e sua realidade, permitindo-o se diferenciar dos animais não-rationais e estruturar sua humanidade, como afirmado por Karl Marx (2010).

Logo, o trabalho é a base do desenvolvimento do ser social e das relações sociais. Não podendo haver existência social sem trabalho, o sujeito deve produzir os bens materiais indispensáveis à reprodução e manutenção da vida para se afirmar quanto ser humano. Nesse processo, o trabalhador não transforma apenas o seu ambiente, mas também a si mesmo, produzindo sua própria existência enquanto mantém um intercâmbio orgânico e material entre o ser social e a natureza, numa manifestação natural da vida. Entretanto, é importante ressaltar que a vida social não se resume ao trabalho.

No capítulo *Trabalho estranhado e propriedade privada* do livro *Manuscritos econômico-filosóficos*, Marx (2010) afirma que o problema se encontra no momento em que, com a implementação do modo de produção capitalista, o indivíduo se torna estranho ao produto de sua atividade, uma vez que se torna propriedade de outro; objeto alheio. Nessa etapa, o trabalhador se aliena do gênero humano, tornando-se ele próprio em uma mercadoria. Ou seja, enquanto o sujeito estranha o objeto produzido pelo seu trabalho, também perde sua humanidade. Aqui o trabalho deixa

de ser uma atividade prática positiva; uma manifestação essencial do indivíduo e se torna um instrumento de pura sobrevivência. Vendo a mercadoria como um poder independente, o ser humano empobrece quanto mais riquezas produz.

Pela perspectiva de Karl Marx, a alienação se revela como um elemento distorcido da subjetividade sob o capitalismo e se subdivide em quatro aspectos: alienação do objeto, alienação do trabalho e da natureza, alienação do gênero e alienação em relação a outros indivíduos. A primeira, respectivamente, pode ser explicada como a falta de percepção do trabalhador como parte daquilo que produz, uma vez que o produto final pertence a outro e o indivíduo não tem contato com o mesmo. Isso se dá graças a fracionalização do trabalho, que impede que o trabalhador tenha compreensão do processo produtivo como um todo, não reconhecendo seu trabalho.

A alienação do trabalho e da natureza, por sua vez, pode ser resumida como alienação da atividade produtiva, que sempre foi essencial para a sobrevivência humana, mas que se transforma em trabalho forçado e atende a necessidades externas aos trabalhadores. Nesse cenário, além do fato de que o sujeito não administra e nem determina seu ritmo de trabalho, pois não detém as ferramentas de produção, o trabalho passa a não ser uma confirmação de si e desenvolvimento de uma livre energia física e espiritual, mas sacrifício de si e mortificação.

Já a alienação do gênero é descrita por Marx como a incapacidade do indivíduo em se enxergar como pertencente do gênero humano. Enquanto o sujeito passa a enxergar suas atividades animais – como comer, dormir, beber e reproduzir – como finalidade da vida, perde sua humanidade (Marx, 2010). Como consequência, o sujeito se aliena também em relação aos demais indivíduos. A individualização e a unilateralização da vida o tornam estranho aos outros trabalhadores, promovendo uma dinâmica social marcada pelo isolamento e pela concorrência.

2.1.2 O cotidiano e o duplo direcionamento do trabalho na realidade estabelecida

No capítulo *A reprodução social das objetivações ético-morais* do livro *Ética: fundamentos sócio-históricos*, Barroco (2009) apresenta o cotidiano como âmbito da imediatividade; da reprodução do indivíduo singular, sendo marcado pelo

mecanicismo, pela espontaneidade e pela ultrageneralização. É no cotidiano que as necessidades e vontades do *eu* singular vão se objetivar, permitindo a manutenção da vida de cada sujeito e a integração do sujeito nas dinâmicas sociais.

A satisfação das necessidades do indivíduo singular se dá, primordialmente, através do atendimento às necessidades imediatas de manutenção da vida, o que se realiza também pela dimensão do trabalho. Dado o início do processo de socialização, o ser humano adquire hábitos e costumes, tornando-se “[...] socialmente capaz de responder por seus atos” (Barroco, 2009, p. 66). Nessa perspectiva, tal sujeito incorpora valores e princípios que lhe tornam capaz de fazer mediações e, a partir disso, vincular-se à sociedade, onde irá participar da reprodução do desenvolvimento humano-genérico. Entretanto, Barroco (2009) destaca que essas mediações incorporadas pelos seres humanos estão voltadas para o *eu*, para sua singularidade e não para a generalidade, demonstrando que a dinâmica da vida cotidiana não é voltada para capacidades humano-genéricas.

Nesse sentido, o trabalho no cotidiano tem um duplo direcionamento: ele contribui tanto para a existência do processo de universalidade do ser social – aquilo que nos constitui enquanto humano-genéricos – quanto para a sua singularidade alienada; para a reprodução alienada do indivíduo singular adensada pela sociabilidade capitalista. Sob o modo de produção capitalista, é possível argumentar que o cotidiano tende a apresentar características alienantes, onde as relações sociais são distorcidas pela lógica do trabalho alienado e pela dominação burguesa (Marx, 2010). No entanto, é fundamental reconhecer a presença de múltiplos fatores e mediações que contribuem para a complexidade das interações sociais e dos processos de individuação.

O trabalho alienado caracteriza-se a partir do estranhamento do ser humano com o produto final de seu trabalho, mas também pela fragmentação das relações entre os sujeitos envolvidos no processo produtivo, o que tira do ser social sua capacidade de desenvolver e ampliar seus sentidos através de uma reflexão crítica. Já a dominação burguesa, através da alienação moral, fez com que os indivíduos acreditem que certos princípios com validade particular, como a promessa de ascensão social, são universais, quando, na prática, servem apenas à manutenção das desigualdades estruturais (Barroco, 2009).

Deste modo, por ser funcional ao domínio burguês e ao modo de produção capitalista, o cotidiano mantém a reprodução de ideologia dominante, afastando o indivíduo de suas capacidades humano-genéricas e estimulando um comportamento focado no *eu* imediato e na reprodução de valores e princípios de forma acrítica. Isso se traduz na reprodução acrítica de valores e princípios que consolidam a ordem social vigente e perpetuam a alienação. Por outro lado, a reflexão crítica sobre essas condições emerge como uma possibilidade de ruptura com o ciclo de reprodução acrítica, uma forma de suspensão do cotidiano que permite ao sujeito questionar e transformar a realidade estabelecida.

2.1.3 O sujeito ético-moral e sua subjetividade: consciência e liberdade

Visto sua construção sócio-histórica, o trabalho não se refere apenas ao intercâmbio material entre o ser humano e a natureza como necessidade básica da manutenção da vida, uma vez que o indivíduo lida com ele de forma consciente, racional, projetiva, livre e criativa. Nesse contexto, o trabalho não se realiza sem a participação da subjetividade e o reconhecimento de seu caráter ontológico-fundante não impossibilita a crítica radical das formas tomadas pelo mesmo ao longo da história.

Para Karl Marx, a subjetividade humana não é estática. Pelo contrário, forjada no âmbito do trabalho e das relações sociais e influenciada pela dinâmica social e econômica, se encontra em constante transformação. A subjetividade supera a consciência individual, encontrando-se profundamente enraizada nas condições materiais e históricas. Ou seja, a identidade e a subjetividade de um indivíduo são construídas socialmente, através de interações e relações com outras pessoas. Marx ilustra essa ideia com a seguinte passagem:

De certa forma, sucede ao homem como à mercadoria. Pois ele não vem ao mundo nem com um espelho, nem como filósofo fichtiano: eu sou eu, o homem se espelha primeiro em outro homem. Só por meio da relação com o homem Paulo, como seu semelhante, reconhece-se o homem Pedro a si mesmo como homem. Com isso vale para ele também o Paulo, com pele e cabelos, em sua corporalidade paulínica, como forma de manifestação do gênero humano. (Marx, 2013, p. 1125, nota 18)

Ao tratar a consciência não como uma entidade abstrata ou um fenômeno autônomo auto-originado, mas como um produto das circunstâncias sociais e históricas, seria lógico concluir que a realização da produção supõe o papel ativo da mesma. Na verdade, “[...] só podemos falar em trabalho ou de práxis material quando estamos diante de uma intervenção prática consciente” (Barroco, 2008, p. 24). Assim, o produto do trabalho é o resultado de um acúmulo de conhecimento e da prática social dos sujeitos.

Atrelada à tal concepção, encontra-se o conceito de liberdade em Marx, que consiste na existência de alternativas e na possibilidade concreta de escolha entre elas. Em outras palavras, quando um indivíduo transforma um certo elemento da natureza, ele passa a conceder alternativas antes inexistentes; novas possibilidades, transformando não só a atividade humana, mas toda a vida dos seres humanos, instituindo novas possibilidades de liberdade. Ou seja, a liberdade é, simultaneamente, a capacidade de escolha consciente dirigida a uma finalidade e capacidade prática de criar condições para a realização objetiva das escolhas e para que novas escolhas sejam criadas.

A partir do momento em que o ser humano se vê tendo que tomar decisões e optar entre os valores no cotidiano, o mesmo se depara com a realidade da vida em comunidade; o indivíduo singular se vê tendo que lidar com as exigências sociais e humano-genéricas. Sendo assim, o sujeito ético-moral só possui um agir ético se possui um agir moral consciente, onde ele entende concretamente sua vontade enquanto própria de si. Dessa forma, utilizará de sua liberdade para fazer escolhas, sabendo das possíveis implicações de tal para si e para os outros, se responsabilizando por elas (Barroco, 2009). Dotado de autodomínio, o indivíduo consegue controlar seus impulsos e paixões, efetivando a práxis ético-política. No entanto, essa práxis só será possível após a superação da alienação produzida pelas ideologias impostas pela classe social dominante (Marx, 2010).

2.1.4 A relevância contemporânea do conceito de alienação e sua superação

Como visto, o trabalho em si é uma expressão essencial da natureza humana e uma fonte de potencial criativo. Para além disso, a partir da projeção ideal de suas finalidades e meios, o ser humano é capaz de transformar a matéria e criar uma

realidade nova e objetiva; novas dimensões da vida (Marx, 2010). Logo, a superação da alienação e, conseqüentemente, a realização da subjetividade humana plena, seria possível a partir de mudanças práticas e estruturais na sociedade e na economia. Em outras palavras, tal superação exigiria uma alteração das condições materiais e uma transformação social que reconheça a centralidade do trabalho humano e suas potencialidades criativas. No âmbito da vida cotidiana, por exemplo, a reflexão crítica sobre os valores, necessidades e princípios se apresentaria como uma forma de suspensão do cotidiano posto, rompendo-se com a reprodução imediata e acrítica dos mesmos (Barroco, 2019).

Nessa perspectiva, Yolanda Guerra (2017) afirma que os sujeitos profissionais atingem essa suspensão quando são capazes de refletir sua intervenção social, sua militância política e até partidária sobre sua prática profissional, gerando o que a autora chama de condições de possibilidade para a genericidade. Dessa forma, ao transcender sua singularidade, o indivíduo se reconhece como portador da consciência humano-genérica:

Os sujeitos profissionais na realização de suas competências e atribuições detêm a possibilidade de recorrer ao procedimento de suspensão temporária do cotidiano, pela via do processo de homogeneização, concentrando-se total e momentaneamente em uma atividade e tendo naquele momento sua individualidade subsumida por interesses particulares, ainda que, no final, nem sempre redunde no estabelecimento de vínculos com o gênero humano. (Guerra, 2017, pg. 63)

Além da dimensão estrutural e prática que Marx (2010) enfatiza na superação da alienação, é crucial explorar também a influência das condições ideológicas contemporâneas. No cenário atual, a alienação não se restringe apenas às relações de produção, mas permeia diversas esferas da vida, moldada por sistemas de valores e padrões culturais. A influência da mídia, por exemplo, desempenha um papel significativo na construção de ideais alienantes, muitas vezes distanciando os indivíduos de uma compreensão crítica de suas próprias realidades. Portanto, a superação da alienação requer não apenas transformações econômicas, mas também uma análise profunda das estruturas ideológicas que reforçam essas condições, buscando formas de dismantelar tais construções e promover uma consciência mais autônoma. Ou seja, a superação da alienação passa pela construção de um pensamento crítico e pela promoção da autonomia intelectual.

A análise marxista sobre a alienação e sua superação dialoga com as discussões contemporâneas sobre a precarização do trabalho. Em um mundo globalizado e digitalizado, as relações laborais têm passado por transformações substanciais, muitas vezes levando à precarização e à desvalorização do trabalhador. A alienação, nesse contexto, se manifesta não apenas na relação do ser humano com o produto do seu trabalho, mas também na sua própria condição laboral. A superação desse quadro implica não apenas a transformação das estruturas sociais, mas também a reafirmação da dignidade do trabalho e a garantia de condições justas e humanas para todos os trabalhadores.

2.2 ALEXIS LEONTIEV

2.2.1 A Teoria da Atividade e suas implicações para a subjetividade

Ao desenvolver a Teoria da Atividade, Alexis Leontiev ampliou significativamente a compreensão da subjetividade humana, destacando a centralidade das práticas sociais e da interação do sujeito com o mundo. Segundo o autor, a atividade é mediadora entre o indivíduo e o meio, configurando-se como uma unidade essencial para entender a consciência e o desenvolvimento humano. A atividade prática é a base real da consciência, ou seja, não há consciência autônoma ou desconectada das condições materiais e das ações realizadas no contexto social.

É precisamente a comunidade de estrutura da atividade interior teórica e da atividade exterior prática que permite aos seus diferentes elementos estruturais passar — e eles passam realmente — de uns para os outros; assim, a atividade exterior inclui sempre ações e operações exteriores, ao passo que a atividade exterior inclui ações e operações interiores de pensamento. (Leontiev, 2004, p.126)

Para Leontiev, a subjetividade não é um dado inato ou um produto exclusivo do mundo interior, mas é construída e transformada nas interações objetivas entre o sujeito e o ambiente. Assim, a Teoria da Atividade rompe com a dicotomia clássica entre o interno e o externo, ao afirmar que “[...] a base real para a personalidade humana é o agregado de seus relacionamentos com o mundo que são sociais em suas naturezas, mas relacionamentos que são realizados, e eles são realizados pela atividade dele, ou, mais precisamente, pelo agregado de suas atividades

multifacetadas.” (Leontiev, 2014, p. 100). Essas atividades não se limitam à mera execução de tarefas; são processos intencionais que envolvem significados e sentidos, moldando a percepção e a própria estrutura psíquica do sujeito.

A estrutura fundamental da Teoria da Atividade é composta por três níveis principais: atividade, ação e operação. A atividade é motivada por uma necessidade, enquanto as ações são orientadas por objetivos específicos e as operações se adaptam às condições concretas de realização (Leontiev, 2014). A interação entre esses níveis é crucial para a formação da subjetividade, pois permite ao sujeito articular seus objetivos individuais às demandas sociais e desenvolver consciência sobre suas ações. Dessa forma, a práxis humana é sempre consciente e intencional, mas depende das condições concretas que a circunscrevem.

Um exemplo essencial desse processo pode ser observado na formação do psiquismo. Leontiev (2004) argumenta que o desenvolvimento da psique é condicionado pelas atividades objetivas em que o sujeito está inserido. A atividade não é apenas um meio para atingir finalidades externas, mas uma via pela qual o próprio ser humano se desenvolve, integrando sentidos sociais e subjetivos. Nessa perspectiva, a subjetividade é um processo dinâmico e dialético, no qual o sujeito constantemente transforma a si e o mundo ao seu redor.

Outro conceito essencial para a Teoria da Atividade é o de atividade objetivada, que se refere à transformação intencional do ambiente pelo sujeito. Para Leontiev, essa transformação objetiva não apenas modifica a realidade externa, mas também reformula a subjetividade do indivíduo. Assim, “a atividade do sujeito, externa e interna, é mediada e regulada pelo reflexo psíquico da realidade” (Leontiev, 2014, p. 70), sendo uma condição indispensável para o desenvolvimento da personalidade.

A partir dessa concepção, é possível compreender como a subjetividade humana é formada e reformulada em diferentes esferas da vida cotidiana. A interação entre o sujeito e seu meio não ocorre de forma passiva; pelo contrário, ele assume um papel ativo no processo, reinterpretando suas experiências e ajustando seus comportamentos de acordo com as demandas e as possibilidades sociais. Essa dinâmica revela que a subjetividade é não apenas uma construção individual, mas também um reflexo das relações sociais objetivas.

Por fim, a Teoria da Atividade oferece uma abordagem integrada para o entendimento da subjetividade ao destacar a importância da prática consciente na

constituição do psiquismo humano. A subjetividade, nesse contexto, não é uma essência imutável, mas um processo contínuo de mediação entre o sujeito e o mundo, onde a atividade desempenha um papel fundamental para a transformação da consciência e da personalidade.

2.2.2 O desenvolvimento da consciência e da personalidade: a relação entre interno e externo

No entendimento de Alexis Leontiev, a consciência humana não surge de maneira espontânea ou isolada, mas é um produto da atividade social e histórica, configurando-se em um processo contínuo de interação entre o indivíduo e o meio. Em *O desenvolvimento do psiquismo* (2004), Leontiev destaca que a consciência aparece nas condições da atividade coletiva e do trabalho mediado por instrumentos. Ou seja, a consciência humana é o resultado de uma história coletiva, que se desenvolve a partir das práticas sociais e da divisão do trabalho, marcando uma ruptura em relação ao psiquismo animal.

A psicologia da consciência só pode ser entendida a partir da compreensão de seu desenvolvimento ao longo da história humana. Diferentemente dos processos biológicos herdados, a consciência é uma construção sócio-histórica, cujas características se desenvolvem de acordo com as condições materiais e sociais de cada época. Nesse sentido, a consciência humana é um fenômeno “[...] qualitativamente diferente da forma sensível imediata do reflexo psíquico próprio dos animais” (Leontiev, 2004, p. 91), pois ela se organiza com base em significados e sentidos que surgem da prática social.

A distinção entre processos internos e externos é fundamental na teoria de Leontiev, mas ela não implica uma separação rígida. Os processos internos são construídos e transformados pela mediação das relações externas, principalmente por meio do trabalho e da interação social. Assim, a consciência é formada pela internalização das experiências sociais, processo no qual os significados compartilhados na coletividade são gradualmente apropriados pelo indivíduo.

Assim, a aquisição das ações mentais, que estão na base da apropriação pelo indivíduo da ‘herança’ dos conhecimentos e conceitos elaborados pelo homem, supõe necessariamente que o sujeito passe das ações realizadas no

exterior às ações situadas no plano verbal, depois a uma interiorização progressiva destas últimas; o resultado é que estas ações adquirem o caráter de ações intelectuais estreitas de atos intelectuais (Leontiev, 2004, p. 200).

Esse movimento de internalização é exemplificado no desenvolvimento da linguagem e das operações mentais. Inicialmente, as palavras e conceitos são utilizados como ferramentas externas de comunicação, mas, à medida que são aplicados em diferentes contextos e práticas, se tornam parte da estrutura interna da consciência do sujeito. Ao afirmar que “[...] a expressão na linguagem do que é inicialmente uma forma objetiva externa da atividade do conhecimento formula uma condição que permite uma subsequente execução de seus processos separados no plano do discurso somente” (Leontiev, 2014, p. 25), Leontiev evidencia a dimensão ativa do sujeito na apropriação dos conteúdos sociais.

Outro aspecto relevante é que a consciência se desenvolve de forma dialética, em constante interação com a realidade objetiva. No ponto em que analisa o desenvolvimento biológico e sócio-histórico do indivíduo, Leontiev (2004) destaca que a evolução da espécie humana não pode ser compreendida apenas a partir de suas características biológicas:

O homem encontra na sociedade e no mundo transformado pelo processo socio-histórico os meios, aptidões e saber-fazer necessários para realizar a atividade que mediatiza a sua ligação com a natureza. Para fazer os seus meios, as suas aptidões, o seu saber-fazer o homem deve entrar em relações com os outros homens e com a realidade humana material. É no decurso do desenvolvimento destas relações que se realiza o processo da ontogênese humana, tal como o desenvolvimento do animal no seu meio natural, o desenvolvimento do homem tem um caráter ecológico (quer dizer que depende das condições exteriores), mas não é um processo de adaptação em sentido próprio, biológico do termo, como é o caso para a evolução animal (Leontiev, 2004, p. 185).

Portanto, a formação da consciência é inseparável das condições sócio-históricas nas quais o indivíduo está inserido. A prática social não apenas fornece as ferramentas necessárias para o desenvolvimento da consciência, mas também molda a personalidade, que, por sua vez, reflete a complexidade das interações sociais e das experiências vividas. Nesse sentido, a personalidade é compreendida como um sistema dinâmico, em constante transformação, que articula elementos sociais e subjetivos de maneira integrada (Leontiev, 2014).

Além disso, a formação da personalidade não se resume a uma reprodução passiva das condições externas. Leontiev afirma que o sujeito, ao internalizar as experiências sociais, as reorganiza criativamente, conferindo-lhes novos sentidos, processo que denomina “mecanismo de interiorização das ações exteriores” (Leontiev, 2004, p. 196). Isso significa que o desenvolvimento da personalidade envolve tanto a apropriação dos conteúdos sociais quanto a capacidade do indivíduo de transformar essas experiências em elementos constitutivos de sua subjetividade.

Por fim, a teoria de Leontiev oferece uma perspectiva ampla e integrada para a compreensão do desenvolvimento humano, ao destacar que a relação entre o interno e o externo é sempre mediada pela atividade consciente e significativa do sujeito. O desenvolvimento da consciência e da personalidade, portanto, não é um processo linear ou automático, mas depende das condições materiais e sociais e da capacidade do indivíduo de agir criticamente sobre sua prática e transformar suas relações com o meio. A compreensão dessa dinâmica revela que a subjetividade é um reflexo tanto das condições sociais quanto da atividade criativa do sujeito.

2.2.3 A consciência na sociedade de classes.

Para Alexis Leontiev, a consciência humana é um produto das condições materiais e sociais em que o sujeito se encontra inserido, desenvolvendo-se de maneira dialética ao longo da história. Em uma sociedade de classes, a consciência reflete tanto as divisões estruturais quanto os conflitos sociais, moldando a subjetividade de forma a reproduzir ou resistir às ideologias dominantes. A consciência humana, enquanto produto histórico e social, não se desenvolve de forma isolada, mas expressa a estrutura e as contradições do sistema social no qual o sujeito está inserido.

Assim, a consciência individual como uma forma especificamente humana de reflexo subjetivo da realidade objetiva pode ser entendida somente como um produto daquelas relações e mediações que surgem ao longo do estabelecimento e desenvolvimento da sociedade. Fora dos sistemas desses relacionamentos (e fora da consciência social) a existência da psiquê individual e a forma de reflexo consciente, imagens conscientes, não é possível (Leontiev, 2014, p. 73).

Leontiev (2004) enfatiza que a consciência é inseparável das relações sociais e que a sociedade de classes introduz divisões que afetam diretamente o desenvolvimento do psiquismo humano. A subjetividade de cada indivíduo é constituída pelas condições de classe a que pertence, mas a divisão entre as classes cria um distanciamento que fragmenta as experiências e as percepções dos sujeitos. “[...] Quando se examina mais de perto o quadro de conjunto constituído pela vida do homem na sociedade capitalista, imediatamente descobre não apenas a sua dualidade, mas também a sua contradição interna” (Leontiev, 2004, p. 136), uma vez que a consciência de um grupo social não é apenas distinta, mas frequentemente oposta à de outro grupo, refletindo interesses e valores contraditórios. Esse conflito se expressa não apenas nas práticas sociais, mas também na maneira como o ser humano internaliza e compreende sua realidade.

A estrutura social não determina automaticamente a consciência dos sujeitos, mas oferece os marcos e limites dentro dos quais a consciência se desenvolve. “É evidente que a atividade de todo homem individual depende de seu lugar na sociedade, nas condições que são seu quinhão, e em como este quinhão é trabalhado em circunstâncias individuais, únicas” (Leontiev, 2014, p.48), demonstrando que o desenvolvimento da subjetividade não é um processo homogêneo.

Além disso, o desenvolvimento da consciência está condicionado pela relação entre o ser humano e o meio. Na seção *O indivíduo e o meio, o homem e a sociedade*, Leontiev (2004) argumenta que o meio não é uma entidade fixa que determina o comportamento humano de forma linear. Pelo contrário, o meio é dinâmico e mediado pelas práticas sociais, sendo transformado pela atividade consciente do sujeito. A interação entre o homem e o meio não é uma relação de adaptação passiva, mas um processo ativo de transformação. O indivíduo, ao agir sobre o meio, transforma-o e, ao mesmo tempo, transforma a si mesmo, num movimento contínuo de desenvolvimento da consciência e da personalidade.

O desenvolvimento do homem, da sua vida, exige evidentemente uma interação constante do homem como meio natural, uma troca de substâncias entre eles. Esta interação executa o processo de adaptação do homem à natureza circundante não é senão produzir os meios da sua própria existência (Leontiev, 2004, p.185).

Nesse contexto, a cultura assume um papel essencial no desenvolvimento da subjetividade. A internalização das práticas e dos valores culturais permite que o sujeito se aproprie dos significados coletivos e os incorpore em sua consciência. Leontiev (2014) destaca que o homem não apenas reproduz a cultura que herda, mas também a transforma, conferindo novos sentidos às práticas culturais. Assim, a cultura se configura como um espaço de mediação entre o social e o subjetivo, proporcionando tanto a continuidade quanto a transformação da consciência ao longo do tempo.

Leontiev também explora a relação entre o biológico e o social no psiquismo humano, destacando que o desenvolvimento da consciência não pode ser reduzido às características biológicas do indivíduo. Embora os processos biológicos estabeleçam certas condições para a atividade psíquica, é a prática social que determina a forma específica que esses processos assumem no desenvolvimento humano. “[...] O pensamento, como o conhecimento humano em geral, distingue-se fundamentalmente do intelecto dos animais porque só ele pode aparecer e desenvolver-se em união com o desenvolvimento da consciência social” (Leontiev, 2004, p. 91).

A compreensão de que o desenvolvimento da consciência e da personalidade constitui-se pelas condições sociais e culturais permite identificar que, em uma sociedade de classes, a subjetividade é profundamente influenciada por ideologias que refletem os interesses das classes dominantes. No entanto, Leontiev (2014) ressalta que a consciência não é estática ou determinada exclusivamente pelas condições externas. O sujeito é capaz de agir criticamente sobre sua realidade, transformando as práticas e os significados culturais de maneira a superar as limitações impostas pelo meio.

Por fim, a teoria de Leontiev sugere que a emancipação do sujeito e o desenvolvimento pleno da consciência dependem da superação das divisões sociais e das condições alienantes que restringem a subjetividade. Na sociedade de classes, o desafio consiste em reconhecer as contradições internas do sistema e mobilizar práticas conscientes que possibilitem a transformação da realidade. Como Leontiev (2004) conclui, a consciência plena não é apenas um reflexo da realidade, mas um meio para sua transformação.

Portanto, a análise da consciência na sociedade de classes apresentada por Leontiev oferece uma perspectiva crítica e transformadora. Ao reconhecer que o sujeito não é uma vítima passiva das condições sociais, mas um agente ativo na construção de sua subjetividade, sua teoria aponta para a possibilidade de superação das limitações impostas pela sociedade de classes por meio da prática consciente e coletiva.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise realizada, torna-se evidente que as perspectivas de Karl Marx e Alexis Leontiev oferecem contribuições complementares para uma compreensão integrada do desenvolvimento humano, da subjetividade e das possibilidades de transformação social. A teoria da alienação e a Teoria da Atividade se entrelaçam ao abordar a relação entre o sujeito e as condições materiais e sociais que moldam sua consciência. Ambas as abordagens indicam que superar as condições alienantes do sistema capitalista e a fragmentação da atividade humana é essencial para a emancipação do indivíduo e a transformação da sociedade. Nesse contexto, a prática consciente e coletiva é apresentada como um elemento indispensável.

A alienação é compreendida como um processo de desconexão do indivíduo em relação à sua essência, às suas atividades produtivas e às relações sociais que sustentam sua existência. Essa desconexão não se manifesta apenas como uma questão individual, mas reflete as condições estruturais impostas pelas dinâmicas econômicas e sociais. Dessa forma, a superação da alienação requer não apenas mudanças materiais, mas também uma reorganização das relações sociais que permita ao sujeito recuperar o papel central da atividade consciente e criativa em sua vida.

Do mesmo modo, a consciência é considerada um fenômeno moldado pelas condições sócio-históricas e pelas práticas objetivas nas quais o sujeito está inserido. Entretanto, essa consciência não se limita a refletir a realidade; ela também possibilita sua transformação. Por meio da prática social, o sujeito se posiciona como agente ativo, capaz de agir sobre o meio e, simultaneamente, redefinir sua subjetividade. Esse processo dialético é fundamental para compreender o desenvolvimento humano

como um movimento contínuo entre o interno e o externo, mediado pelas atividades práticas e pelas relações sociais.

A articulação das ideias de Marx e Leontiev reforça a importância da prática consciente como via de emancipação. Essa prática, no entanto, não se limita à compreensão crítica da realidade, mas exige uma ação transformadora que desafie as estruturas alienantes e promova novas formas de sociabilidade. A emancipação humana, portanto, vai além da esfera econômica, abrangendo também as dimensões culturais e sociais que moldam a subjetividade. Esse processo enfatiza a necessidade de uma reflexão constante, integrada à ação coletiva, para alcançar mudanças significativas.

A transformação social, contudo, não é compreendida como um processo automático ou linear. As mudanças nas condições materiais, ainda que significativas, não eliminam de imediato as divisões de classe ou as contradições sociais. Por essa razão, é fundamental que as práticas sociais e culturais sejam continuamente questionadas e ressignificadas, de modo a evitar a perpetuação de novas formas de alienação e fragmentação da consciência. Essa abordagem demanda vigilância constante sobre os processos sociais, assegurando que a luta pela emancipação permaneça ativa e relevante.

No contexto da realidade brasileira, as contribuições de Marx e Leontiev revelaram-se essenciais para a construção de uma Psicologia Social crítica, comprometida com as especificidades locais. Ao incorporar conceitos como alienação e prática social, intelectuais brasileiros estabeleceram um diálogo que valorizou a complexidade da relação entre subjetividade e objetividade. Essa perspectiva possibilitou o desenvolvimento de uma psicologia que transcende a descrição de comportamentos individuais, explorando as condições histórico-sociais que estruturam a experiência humana e fomentando um compromisso com a transformação social.

Além disso, a integração entre as teorias analisadas e as demandas locais oferece uma base sólida para a construção de práticas que articulem crítica social e engajamento coletivo. Essa articulação não apenas enriquece a análise teórica, mas também promove intervenções mais eficazes e alinhadas às realidades sociais. Nesse sentido, o diálogo entre as perspectivas de Marx e Leontiev continua a inspirar uma prática que busca transformar a realidade, promovendo justiça social e emancipação.

Este trabalho apresentou uma análise introdutória que pode servir como base para futuras investigações sobre o desenvolvimento da subjetividade e as possibilidades de emancipação na sociedade contemporânea. Para aprofundar esse debate, é necessário incorporar novas perspectivas e ampliar as questões levantadas. A continuidade dessa pesquisa tem potencial para enriquecer o diálogo acadêmico e contribuir para a formulação de práticas mais abrangentes e eficazes, capazes de responder aos desafios colocados pelas dinâmicas sociais atuais.

Por fim, a análise apresentada motiva-se pelo objetivo de aprofundar o diálogo entre as perspectivas de Marx e Leontiev, buscando compreender de forma integrada o papel da subjetividade, da prática consciente e da transformação social no desenvolvimento humano. A partir da base construída, espera-se avançar no campo acadêmico, com o intuito de refinar e expandir as discussões teóricas e práticas. A articulação entre a teoria da alienação e a Teoria da Atividade oferece não apenas uma compreensão crítica da realidade, mas também aponta caminhos para sua transformação. Esse esforço reafirma a importância da prática coletiva e consciente na construção de um futuro mais justo e humano.

REFERÊNCIAS

BARROCO, Maria Lúcia da Silva. **Ética: fundamentos sócio-históricos**. 2ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 2009.

GUERRA, Yolanda. **A dimensão técnico-operativa do exercício profissional**. In: SANTOS, Cláudia Mônica dos Santos; BACKX, Sheila; GUERRA, Yolanda. (Orgs.). *A dimensão técnico-operativa no Serviço Social*. São Paulo: Cortez Editora, 2017.

LEONTIEV, Alexis. **O desenvolvimento do psiquismo**. 2ª ed. São Paulo: Centauro, 2004.

_____. **Atividade. Consciência. Personalidade**. Tradução de Marcelo José de Souza e Silva. Curitiba: Marxists Internet Archive, 2014.

_____. **Atividade e consciência**. Publicado em russo na *Voprosy Filosofii*, n. 12, p. 129-140, 1972. Tradução para o inglês em *Philosophy in the USSR: Problems of Dialectical Materialism*. Moscow: Progress Publishers, 1977, p. 180-202. Tradução para o português por Marcelo José de Souza e Silva.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social II**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.

_____. **O capital: crítica da economia política – Livro 1: O processo de produção do capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

REY, Fernando Luis Gonzalez. **Encontro da Psicologia Social Brasileira com a Psicologia Soviética**. *Psicologia & Sociedade*, v. 19, p. 57-61, 2007.